

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**QUESTÃO DE ORDEM –
REQUERIMENTO – INADEQUAÇÃO.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não possui a prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo.

Eduardo da Costa Paes interpôs agravo interno. Ressaltou a existência de conexão entre as supostas condutas atribuídas a si e ao deputado federal Pedro Paulo. Aludiu ao fato de o relator inicial, ministro Edson Fachin, ter acolhido pedido do Ministério Público para a instauração do inquérito, sem cogitar do desmembramento. Disse haver decisões do Pleno e da Primeira Turma autorizando que cidadãos não detentores de foro por prerrogativa de função permanecessem sob a jurisdição do Supremo, especialmente quando o número de réus ou investigados não fosse expressivo.

INQ 4435 / DF

A Primeira Turma, no último dia 12 de setembro, iniciou o exame do recurso, havendo Vossa Excelência, relator, votado pelo desprovimento, no que foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes. Em seguida, a ministra Rosa Weber abriu divergência, provendo-o, tendo sido acompanhada pelo ministro Luiz Fux. O julgamento foi interrompido, ante o empate na votação, para aguardar o pronunciamento do ministro Luís Roberto Barroso, ausente justificadamente.

Mediante a petição/STF nº 52.849/2017, Eduardo da Costa Paes, por meio de advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, suscita questão de ordem, aludindo ao artigo 150, § 3º, do Regimento Interno do Supremo, a prever que, nos *habeas corpus* e recursos em matéria penal, exceto o extraordinário, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente ou réu. Defende a incidência da norma no caso, dizendo estar-se diante de apreciação de recurso inserido no campo criminal. Requer seja a questão de ordem conhecida e acolhida, para que seja proclamado o resultado final do julgamento, por empate, com o consequente provimento do agravo interno.

2. Em primeiro lugar, ressalte-se não ser direito subjetivo da parte suscitar questão de ordem. Esta somente pode ser veiculada por integrante do Tribunal – artigo 21, inciso III, do Regimento Interno do Supremo. Em segundo, não se faz em jogo, na apreciação do agravo, a liberdade de ir e vir do requerente. A fase não é de instauração do processo-crime nem de definição da culpa, mas de exame relativo ao desmembramento dos autos de inquérito, mostrando-se inaplicável o § 3º do artigo 150 do citado diploma normativo.

INQ 4435 / DF

3. Nego seguimento ao pedido.

4. Publiquem.

Brasília, 19 de setembro de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator